



AS FORÇAS ARMADAS E A PANDEMIA

Mariana Janot
Lucas Ramos

INFORMES TEMÁTICOS 2021

Organizadoras
Juliana Bigatão
Marina Vitelli

Apresentação

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "[Informes Temáticos](#)", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2020, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação abarca o período de sete dias de trabalho de redatores e redatoras (de sábado à sexta-feira) e nele os materiais selecionados nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense são agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos, nos quais são destacadas as informações atinentes ao enfoque do *ObDEF*. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "[Informes Temáticos](#)" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Na produção dos "Informes Temáticos", contamos com o trabalho sério e competente de docentes e discentes da EPPEN-Unifesp e da Unesp-Franca e de pesquisadoras/es, pós-graduandos e pós-graduandas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas.

Convidamos toda a comunidade para apreciar os "Informes Temáticos" dos oito temas de maior destaque em 2021 na área de defesa e forças armadas: Ameaças à democracia; As leis de Segurança Nacional e Antiterrorismo; As forças armadas e a pandemia; As forças armadas e a Amazônia; As forças armadas e a segurança pública; Indústria e Orçamento de Defesa; Os militares no governo Bolsonaro; O 7 de setembro.

Deixamos também o convite para ler o [Anuário 2021 Forças Armadas e Defesa no Brasil](#), uma sistematização temática dos resumos dos informes semanais de 2021 e uma análise quantitativa do material jornalístico analisado.

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas
Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/Unesp)

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (EPPEN-Unifesp)

Equipe Informe Brasil- 2021

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira
Juliana de Paula Bigatão
Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Redação

- Alice Tomazzetti da Silveira
- Beatriz Grasiano Campos
- Davi Campos Matos
- Débora Cruz Silva
- Gabriela Araujo da Silva
- Gabriela Lopes Ferreira
- Giovani Nunes de Aguiar
- Giovanna Palas Soares Santos
- Gislaine Amaral Silva
- Grazielly Dourado Santos
- Guilherme Evaristo R. Macieira
- Henrique Muniz Fernandes
- Isadora Antunes Botelho
- Jonas de Paula Vieira
- Juliana Haniu
- Léa Briese Staschower
- Leonardo Pontes Vinhó
- Leticia Beneves
- Lisa Barbosa
- Lucas Rizzati Iquegami
- Maria Júlia Barbosa S. N. Scandiuzzi
- Marianna Braghini
- Rodrigo Freitas de Souza
- Thalia Cristina Vieira Lima
- Yuugo Gushiken

Créditos das imagens:

Capa: [Edilson Rodrigues/Agência Senado](#), modificada pelo ObDEF

Contracapa: [Centro de Comunicação do Exército Brasileiro](#)

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). JANOT; M.; RAMOS, L. O. As forças armadas e a pandemia. Informe Temático 2021. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2022.

AS FORÇAS ARMADAS E A PANDEMIA

Mariana Janot

Doutoranda em Relações Internacionais
no PPG San Tiago Dantas

Lucas de Oliveira Ramos

Doutorando em Relações Internacionais
no PPG San Tiago Dantas

Em sequência ao informe do ano anterior, a cobertura da imprensa sobre as forças armadas e a pandemia observou os efeitos da militarização do Ministério da Saúde e o comportamento de militares no contexto da pandemia da Covid-19, na qual 620 mil vidas brasileiras foram perdidas. O ano começou com intensas críticas ao general Eduardo Pazuello diante a grave crise no estado do Amazonas, bem como diversas reportagens relatando a produção e distribuição de cloroquina pelas forças armadas e a decisão militar de não ceder leitos para o Sistema Único de Saúde (SUS) em seus hospitais. A partir de abril, imbricou-se a análise com a relação entre forças armadas e o governo, devido ao evento político que marcou o ano: a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), conhecida como “CPI da Pandemia”, que investigaria as ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil, as quais especialistas consideram que podem configurar crimes contra a humanidade. Além de Jair Bolsonaro (PL), que é capitão reformado, nove militares foram indiciados pela CPI por diferentes crimes que contribuíram para a presente tragédia. Apesar de todas as evidências de condutas altamente onerosas por parte das forças armadas, boa parte das análises na Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense pouparam a organização militar, atribuindo responsabilidade da crise a figuras particulares, como o general Pazuello.



Cloroquina *versus* oxigênio: as prioridades na pandemia

O estado do Amazonas, especialmente, sofreu uma crise aguda com o colapso do sistema de saúde que resultou em mais de 2.500 mortes no mês de janeiro de 2021, o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a instaurar um inquérito para investigar a atuação do então ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Neste período, dois pontos de participação direta das forças armadas na crise foram destaque: a recusa em ceder leitos vagos de hospitais militares, e a produção e distribuição da hidroxicloroquina.

A crise do oxigênio em Manaus (AM)



Fonte: Conselho Nacional de Saúde, 2021

No Amazonas, em fevereiro, a policlínica naval, o hospital da Aeronáutica e o hospital da Marinha possuíam mais de 70% de leitos e enfermarias disponíveis para pacientes com Covid-19, sem serem utilizados. Diante a crise de leitos nas redes públicas e privadas, o Ministério Público Federal (MPF) solicitou explicações sobre esta ociosidade, e a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, chefiada pelo coronel Elcio Franco Filho, argumentou que os leitos deveriam ficar disponíveis para a família militar no estado. No mês seguinte, houve tensões dentro do Tribunal de Contas da União (TCU) e junto às forças armadas para avaliar esta questão. Os ministros do TCU Benjamim Zymler e Vital do Rêgo propuseram que as forças armadas destinassem 50% dos leitos militares para o SUS. Contudo, o ministro Jorge Oliveira se articulou com o então ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, para demandar uma contraproposta - na qual a Defesa teria mais dez dias para disponibilizar dados referentes aos leitos dentro das unidades militares - acatada pelo TCU, o qual solicitou um diagnóstico completo dos leitos nestas unidades.

A partir destes dados, no dia 07 de abril, o exame técnico do TCU recomendou que o Ministério da Saúde fizesse a requisição dos leitos e que o Ministério da Defesa tomasse as providências necessárias para tanto, na medida em que haveria capacidade de transferência de leitos militares que não comprometeriam o atendimento às forças armadas no Hospital das Forças Armadas (HFA), Hospital da Força Aérea e Hospital Naval da Marinha. Além disso, o TCU verificou que o HFA reduziu a quantidade de leitos previstos em contrato assinado emergencialmente no ano anterior. Ao veicular estas informações, a Folha de S. Paulo recebeu contestações do Centro de Comunicação Social do Ministério da Defesa. Em relação à reportagem do dia 06 de abril que expunha o parecer do TCU, o Centro de Comunicação caracterizou-a como tendenciosa e desonesta, e em relação à reportagem do dia 10 de abril que tratava da redução de leitos, o Centro de Comunicação afirmou que se tratava de manipulações e inverdades. Apesar desta movimentação, não houve transferência dos leitos militares para o SUS.

Sobre a hidroxicloroquina, é importante ressaltar que as forças armadas, especialmente o Exército, já possuíam experiência na produção do medicamento, pois o empregavam para tratamento contra a malária, doença comum na região amazônica - que é uma das áreas de maior interesse da organização. Até 2020, o Exército produzia 250 mil comprimidos a cada dois anos, ou seja, 125 mil comprimidos por ano. Apenas no ano de 2020, o total de comprimidos produzidos pelo Exército e pela Marinha ultrapassou 3 milhões.

Laboratórios das forças armadas ampliaram a produção de cloroquina



Fonte: Governo Federal, 2020

Em janeiro de 2021, o STF investigava a atuação do então ministro da Saúde, general Pazuello, diante da crise no estado do Amazonas e a decisão de enviar 120 mil comprimidos de hidroxicloroquina para o local enquanto o estado enfrentava a falta de oxigênio. Além do inquérito em curso - que posteriormente foi transferido para o Ministério Público Federal (MPF) quando Pazuello foi exonerado do cargo e perdeu o foro privilegiado - a relação do general e das forças armadas com a cloroquina, bem como a gestão da pandemia como um todo, se tornaram parte das linhas de investigação da CPI quando esta iniciou os trabalhos, em abril.

As Forças Armadas na CPI

Depoimentos prestados à CPI indicaram a participação direta do tenente-médico Luciano Dias Azevedo junto ao “gabinete paralelo” – articulação política em defesa de práticas comprovadamente ineficazes, como a imunidade de rebanho, isolamento vertical e a administração de hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina. Em junho de 2021, o gasto total com a produção de cloroquina, apenas dentro do Exército, fora de R\$1,14 milhão. Foi possível rastrear parte das distribuições militares do medicamento nas aldeias indígenas por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) Roraima e Yanomani, coordenados por militares.

Com o avançar da CPI, mais militares foram implicados e/ou convocados para depor, como o contra-almirante Antonio Barra Torres, presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para explicar o atraso na autorização de vacinas. No mês de maio, o caso de maior destaque foi o do ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. O general, munido de habeas corpus, foi confrontado pelo relator Renan Calheiros (MDB) em relação a um conjunto de afirmações feitas pelo oficial que contrariavam fatos já verificados.

Pazuello em depoimento na CPI



Fonte: Agência Câmara de Notícias, 2021

Foto de Leopoldo Silva

Além de manipular informações, como a posição brasileira no ranking de imunização na época em números absolutos, e sugerir que o STF havia dificultado a atuação do Ministério da Saúde nos estados por ter lhes dado maior autonomia, Pazuello mentiu em um conjunto de temas, expostos a seguir:

Tema	Versão de Pazuello	O que aconteceu
Divulgação do aplicativo TrateCov (plataforma que prescrevia o tratamento precoce para a Covid-19).	Aplicativo nunca foi divulgado oficialmente. Contestado, admitiu que houve divulgação, porém que a mesma foi fruto de ataque <i>hacker</i> .	Ministério da Saúde lançou o aplicativo em janeiro/2021 e o divulgou em <u>vídeo oficial</u> . Investigação do TCU descarta possibilidade de ataque <i>hacker</i> .
Cloroquina como medicamento para a Covid-19.	Remédio anti-viral e anti-inflamatório já utilizado de maneira eficaz contra o vírus da zika.	Remédio antimalárico. Não foi utilizado contra pacientes do vírus da zika, apenas em testes de laboratório.
Produção de Cloroquina nos laboratórios militares.	Desconhecia a relação do Ministério da Saúde com a produção do medicamento pelas forças armadas.	O Ministério da Defesa afirmou que a produção nos laboratórios militares foi feita para atender demandas do Ministério da Saúde desde o início da pandemia. O Exército afirmou que atendia a demanda de ambos Ministérios da Defesa e da Saúde, porém realizou a compra de insumos antecipadamente (em 20 de março de 2020).
Compra das vacinas da Pfizer.	TCU orientou que os contratos não fossem assinados.	TCU considerou que <u>não havia óbices jurídicos</u> , portanto, não houve orientação contrária.
Crise de oxigênio em Manaus.	Informação sobre o desabastecimento chegou ao Ministério da Saúde no dia 10 de janeiro. No dia 15, os estoques já retornaram à normalidade.	O Ministério da Saúde foi informado de uma crise iminente no dia 18 de dezembro de 2020. No dia 07 de janeiro de 2021, Pazuello foi novamente notificado, e não respondeu aos ofícios da secretaria do Amazonas solicitando apoio. Os estoques só retornaram à normalidade no mês de fevereiro.

Fonte: elaborada pelos autores, com base nos informes e no relatório final da CPI.

Crimes na Pandemia

Nos meses de junho e julho de 2021, o escândalo envolvendo as irregularidades na compra de vacinas implicou ainda mais as forças armadas. Foco das atenções da CPI, os tenentes-coronéis Alex Liam Marinho e Marcelo Blanco da Costa foram convocados para depor pelos indícios de irregularidade na compra da vacina Covaxin. Toda essa movimentação foi possível devido ao depoimento do representante da empresa Davati Medical Supply, Luiz Paulo Domingueti, que relatou a solicitação de propina para a compra do imunizante da AstraZeneca, feita por Roberto Dias, então diretor de Logística do Ministério da Saúde. De acordo com os veículos de mídia, haveria duas alas de militares, a que estava na pasta da Saúde e a que passou a ocupá-la, fazendo pressão para a compra de um ou outro imunizante, ambos com irregularidades para efetuar a compra. Mais tarde, o próprio nome de Eduardo Pazuello foi citado pela mídia por superfaturamento das doses da vacina Coronavac.

Para além dos casos de superfaturamento e solicitação de propina por parte dos responsáveis pelo Ministério da Saúde durante o governo de Bolsonaro, também foi noticiado que o Ministério Público Federal reuniu provas sobre o suposto tratamento prioritário de militares da ativa de Brasília por parte do Ministério da Defesa —furando, assim, a fila de vacinação em relação aos civis. Mais tarde também se noticiou a participação de servidores da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) nas prioridades. Ainda, houve denúncias de militares em postos de saúde impedindo a vacinação de pessoas com blusas ou cartazes com manifestação política, principalmente voltadas contra Bolsonaro.

Além disso, durante a CPI, o Ministério Público de Contas de São Paulo identificou que verbas oriundas do crédito extraordinário para o enfrentamento da pandemia foram empregadas em gastos militares de rotina, cuja relação com a pandemia não estava comprovada, como os descritos na tabela.

Material odontológico	R\$58 mil
Energia elétrica, água e esgoto, gás e serviços domésticos	R\$5,99 milhões
Coudelaria ou uso zootécnico	R\$25,5 mil
Uniformes	R\$1 milhão
Cama, mesa e banho	R\$225,9 mil
Manutenção e a conservação de bens imóveis	R\$6,2 milhões
Comissão da Aeronáutica no exterior	R\$15,6 milhões
Comissão do Exército no exterior	R\$11,6 milhões
Total	R\$40,6 milhões

Fonte: elaborada pelos autores, com base no informe 23 e no relatório apresentado pelo Ministério Público de Contas de São Paulo.

Toda esta conjuntura gerou tensões entre parlamentares e as forças armadas quando o presidente da CPI comentou, no plenário, que as forças armadas deveriam estar envergonhadas do comportamento do “lado podre”, se referindo aos militares implicados em todos estes eventos. Em reação a este comentário, o Ministério da Defesa e os três comandos das forças buscaram intimidar a CPI ao afirmarem que não iriam aceitar ataques levianos à instituição militar, como teria feito – em sua interpretação – o deputado Omar Aziz (PSD). O comandante da Aeronáutica reforçou esta postura em entrevista ao jornal O Globo, em 9 de julho de 2021. O deputado Ivan Valente (PSOL) protocolou uma ação no Ministério Público Militar, pois as falas do oficial configuravam transgressão disciplinar ao ameaçar o poder legislativo. Além de todos os atritos na pasta da Defesa envolvendo Braga Netto, evidenciou-se que sua atuação enquanto ministro Chefe da Casa Civil também foi negligente e onerosa, porém o mesmo não foi convocado para depor na CPI.

O relatório final da CPI insiste que não se trata de um indiciamento contra a instituição militar, e sim contra os indivíduos que, oriundos da corporação, cometeram os crimes listados no quadro a seguir.

General Walter S. Braga Netto	epidemia com resultado morte
General Eduardo Pazuello	epidemia com resultado morte; emprego irregular de verbas públicas; prevaricação; comunicação falsa de crime; crimes contra a humanidade, nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos
Coronel Elcio Franco Filho	epidemia com resultado morte; improbidade administrativa
Coronel Marcelo Blanco da Costa	corrupção ativa
Tenente-Coronel Heitor de Abreu	epidemia com resultado morte
Capitão Wagner de Campos Rosário	prevaricação
Tenente-Coronel Helcio Bruno	incitação ao crime
Sargento Roberto Dias	corrupção passiva; formação de organização criminosa; improbidade administrativa
Tenente Luciano Dias Azevedo	epidemia com resultado morte

Fonte: elaboração dos autores, com base no relatório final da CPI

General Pazuello: “Burocrata do morticínio”

A cobertura midiática sobre os eventos relatados foi intensa, tanto na veiculação das informações quanto nas análises opinativas: 36 editoriais, análises, colunas e entrevistas na Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense. Apesar da quantidade, houve uma espécie de concordância na forma como a mídia analisou os eventos: críticas efusivas à Presidência da República, ao general Eduardo Pazuello, à relação entre ambos e sua adesão ao negacionismo, e aos efeitos onerosos que a participação militar na pandemia causaram à própria organização.

Em editorial no início do ano, a Folha de S. Paulo criticou o investimento na cloroquina em meio à falta de oxigênio no Amazonas, caracterizando a situação como uma prioridade perversa e Pazuello como um ministro “tragicômico” aliado ao Presidente. Para Eliane Cantanhede, no O Estado de S. Paulo, as ações de Pazuello refletiam a cooptação que Bolsonaro fez sobre as forças armadas e de segurança, comparando-o a Hugo Chavez. Hélio Schartzman, na Folha, comentou ironicamente as análises sobre a incapacidade logística do oficial, apontando para o êxito do general em cumprir com um dos principais objetivos do treinamento militar: matar pessoas. Também na Folha, Thiago Amparo estendeu a responsabilidade da gestão da pandemia às forças armadas como um todo, que agiram como fiadoras da crise e partícipes de um amplo processo de milicianização da gestão pública – como se explicita pela figura do mascote Zé Gotinha portando um fuzil, divulgada nas redes sociais por Eduardo Bolsonaro (PSL).

Em contrapartida, na coluna no O Estado de S. Paulo, o então ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, defendeu que as forças armadas salvaram vidas desde o início da pandemia, quando fora lançada a Operação Covid-19. Em entrevista ao Correio Braziliense, o general Paulo Sérgio reiterou esse posicionamento, afirmando que as forças armadas cumpriam sua missão no ápice de suas capacidades. Eliane Cantanhede, em coluna no Estado, endossou o argumento, afirmando que o Exército seguiu as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e que “fez tudo certo, mas pagou o pato pelo que Bolsonaro obrigou Pazuello a fazer – e ele fez”.

Quando Pazuello foi afastado do Ministério da Saúde, Denise Rothenburg, do Correio Braziliense comentou que os militares respirariam aliviados, e Igor Glieow, em coluna na Folha, avaliou que Pazuello estava operando acima de suas capacidades e que a missão havia sido corrompida ao abaixar a cabeça para Bolsonaro, refletindo os ônus à imagem das forças armadas ao aderirem ao projeto bolsonarista – apontando o protagonismo do general Villas-Boas neste processo.

Durante a CPI, a ênfase em Pazuello foi ainda mais acentuada. Na Folha, Demétrio Magnoli ponderou sobre a Lei de Obediência Devida sancionada na transição argentina, que tornava impunes tenentes-coronéis e patentes baixas por cometerem crimes contra a humanidade por ordem de seus superiores – o que não se aplicaria ao general Pazuello, que obedeceu a Bolsonaro e deveria responder por suas ações. O editorial do mesmo jornal, em maio, também criticou a obediência passiva do oficial. Ainda na Folha, Janio de Freitas fez contundentes críticas à impunidade de Pazuello e das forças de segurança como um todo no Brasil, acostumadas a se esquivarem de responderem por seus crimes, diante o legado

autoritário no país. No O Estado de S. Paulo, a 'Coluna do Estadão' conversou com um general não-identificado, caracterizando-o como "importante general da reserva" que temia a prisão de Pazuello, puxando as forças armadas ainda mais próximas ao centro da crise.

Após o depoimento de Pazuello na CPI, as colunas da Folha escritas por Thiago Amparo e Bruno Boghossian, respectivamente, caracterizaram o general-ministro como um burocrata do morticínio que encarna a banalidade do mal, e que tinha plena consciência de seus atos e tentou contorná-los na CPI.

Além das críticas a Pazuello, insistiu-se consideravelmente em sua relação com Bolsonaro, como mostra a sequência de reportagens abordando a fala do general como uma tentativa de blindar o presidente e reafirmar a aliança entre ambos. Algumas colunas, como as de Jânio de Freitas, na Folha, estendem as críticas para além de Pazuello, lembrando que além do general, outros oficiais estiveram diretamente envolvidos na gestão da pandemia e nos casos de corrupção envolvendo as vacinas.

A banalidade do mal

Ao analisar o julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém, Hannah Arendt identificou que era no cotidiano burocrático, no automatismo das ações não-pensadas, carentes de reflexão, que os horrores do Holocausto e dos regimes nazi-facistas foram viabilizados. Portanto, não se trata de elencar uma mentalidade singular maligna responsável por atrocidades, e sim de identificar um aparato rotineiro de operadores da burocracia pública que dão e cumprem ordens.

Especificamente sobre a compra das vacinas, este foi o ponto fulcral da crítica da mídia em indivíduos das forças armadas. É notória a assertividade sobre a demora na compra das vacinas, o privilégio na estratégia da cloroquina em detrimento da vacinação e as acusações de corrupção no processo de compra dos imunizantes.

Nesse sentido, a Folha de S. Paulo, em editorial de fevereiro, chamou a estratégia de Bolsonaro em privilegiar o tratamento precoce e a cloroquina de perversa e planejada. Vinícius Torres Freire, também na Folha, asseverou os diversos crimes administrativos cometidos no processo de compra da Covaxin e AstraZeneca, e O Estado de S. Paulo evidenciou como a não-observância às orientações da OMS e a fraca política social por parte do governo de Bolsonaro foram fatores determinantes para o desenvolvimento da pandemia no país.

Há, também, forte intercambialidade entre as análises sobre o envolvimento das forças armadas na pandemia com o seu envolvimento no governo, que criticaram a ocupação do Ministério da Saúde por parte dos militares, bem como as tensões entre as forças armadas e outros poderes políticos, especialmente em relação à Braga Netto e a CPI. No O Estado de S. Paulo, Marcelo Godoy ressaltou que, no redemoinho político, se evidenciou o comportamento corporativo da organização militar de reagir às críticas, como os termos 'banda podre' e 'genocídio', evocados para descrever as ações de militares e outras

autoridades políticas envolvidas na pandemia. Eliane Cantanhêde, por sua vez, enfatizou o papel de Bolsonaro em agonizar as instituições e forçar crises entre o Senado e as forças armadas, manchando a imagem destas. Após os encerramentos dos trabalhos da CPI, a cobertura sobre militares e a pandemia diminuiu, com uma última coluna de Élio Gaspari, na Folha de S. Paulo, elogiando a postura do almirante Barra Torres como presidente da Anvisa.

Lisura em xeque: militares corruptos, forças armadas profissionais?

A cobertura da imprensa concentrou-se mais na relação dos militares com a pandemia, do que das forças armadas com a pandemia. Salvo algumas considerações sobre o legado histórico do autoritarismo e corporativismo militar no país, analisam-se os militares como figuras particulares, distinguindo-os por patente, experiência profissional, preferências e posicionamentos ideológicos que os aproximam ou distanciam do negacionismo e do entorno presidencial. No ano anterior, notou-se que apesar da timidez em responsabilizar a gestão de Pazuello pela crise, havia um indício de que a narrativa da competência e pragmatismo da “ala militar” perderia força. Entretanto, em 2021, as críticas a Pazuello foram efusivas, porém resultaram em mais tentativas de distinções, entre militares mais próximos de Bolsonaro, negacionistas ou passíveis de corrupção - o “lado podre” - e aqueles verdadeiramente profissionais.

Cabe pontuar, também, que a postura veemente dos veículos de mídia acerca do tema em específico da compra das vacinas mostrou-se característica importante no sentido de reconquistar a confiança com a população civil e reafirmar um certo senso de imparcialidade e crítica do corpo midiático brasileiro, posta fortemente em xeque durante o processo eleitoral de 2017. Nesse sentido, é evidente que a crítica à primazia pelo tratamento precoce e o uso da cloroquina em detrimento de um sistema de vacinação e aos casos de corrupção na compra dos imunizantes foram oportunizadas para a elevação do prestígio da mídia frente à audiência brasileira.

Este posicionamento midiático de opor o correto e o corrupto é compartilhado com as próprias elites políticas, como evidenciou o andamento da CPI. O comentário de Omar Aziz (PSD) que tensionou parlamentares e as forças armadas foi, precisamente, uma interpretação de que havia um lado militar institucional e profissional, e um lado corrompido. Foi a CPI - e a mídia - que insistiram em uma divisão de alas, porém as próprias forças armadas reagiram em conjunto. Quando se sentem atacadas, falam como instituição nacional. Quando



Fonte: Agência Senado, 2021

Foto de Edilson Rodrigues

clamam os bons resultados de seus trabalhos, evocam o esforço coletivo. Quando reivindicam melhorias salariais, falam como corporação. Por que, então, quando são protagonistas da maior crise sanitária na história do país, não são responsabilizados, também, no coletivo?

A crise no Amazonas, a falta de leitos e oxigênio, a escolha pelo “tratamento precoce”, a administração de medicamentos ineficazes e os atrasos e corrupções na aquisição das vacinas são resultado das ações de vários agentes, dentre os quais, as forças armadas. Eduardo Pazuello, Braga Netto, Élcio Franco Filho e outros tantos militares implicados (nominalmente ou não) na tragédia brasileira não estavam de passagem no lugar errado, na hora errada. Suas posições enquanto agentes políticos que contribuíram para as mais de 600 mil mortes no país é efeito da escolha pela organização de co-substanciar o atual governo e suas ações durante a pandemia.

Em abril de 2020, o Centro Estratégico do Exército (CEEx) confeccionou e publicou um estudo sobre as estratégias adotadas por outros países e quais as possibilidades para o Brasil, desde os impactos econômicos até a segurança pública, porém o documento foi descartado. No mesmo mês, a Casa Civil (à época chefiada por Braga Netto) lançou o “Pró-Brasil”, plano de reestruturação nacional para o contexto pós-pandemia. As forças armadas não são espectadoras, são agentes: se planejaram, desenharam cenários, tomaram decisões, adotaram estratégias, compraram os insumos para produção de cloroquina, aumentaram a produção em seus laboratórios. Conduziram a Operação COVID-19, lançando hospitais de campanha, atuando na logística e transporte de equipamentos e medicamentos, eficazes e não-eficazes, e na descontaminação de ambientes por todo o território nacional. Mantiveram suas enfermarias e leitos reservados para atender a família militar, produziram seus próprios respiradores. Ocupando os diversos cargos da administração pública e, especialmente no Ministério da Saúde - por escolha - decidiram distribuir cloroquina ao invés de oxigênio, assim como decidiram negar leitos para o SUS.

Desmilitarizar: para além de Pazuello

Assim, as análises na mídia sobre o quão submisso ou independente é um general-ministro frente às demandas da Presidência reflete a gravidade da militarização no país e o sórdido estado da autoridade política civil sobre as forças armadas. Pazuello não deveria, sob nenhuma hipótese, ter assumido o Ministério da Saúde, tampouco o almirante Barra Torres deveria estar no comando da Anvisa.

A militarização do Ministério da Saúde, e das instâncias responsáveis pelas decisões tomadas durante a pandemia, não se encerra com a saída de Eduardo Pazuello. A retirada de militares dos cargos nesta área - inclusive daqueles descritos como técnicos - deve ser acompanhada de um esforço coletivo de retirar as forças armadas de atividades que não lhes competem. A continuidade da Operação COVID-19, pela qual as forças armadas foram amplamente mobilizadas para atuar sobre a população brasileira, foi pouco explorada na cobertura da imprensa, de modo que as notícias sobre essa atuação são veiculadas pela comunicação social da própria organização militar.

Há um debate entre pesquisadores da área sobre esta questão. Alguns entendem que a utilização de militares em missões de assistência humanitária, sobretudo em caráter emergencial, como em contextos de pandemia, é inevitável e até mesmo desejável, na medida em que as organizações militares possuem alta capacidade de pronta-resposta, preparo físico para situações de risco, veículos e equipamentos tecnológicos. Em contrapartida, outros autores sublinham que isto demanda uma firme autoridade política civil sobre 1) a organização militar, 2) seu orçamento, 3) quais atividades serão empreendidas, onde, e por quanto tempo, 4) justiça em casos de crimes cometidos durante a missão. Exercer este tipo de autoridade é um desafio compartilhado entre todos os Estados, e o Brasil manifesta, drasticamente, o que ocorre quando estes elementos são inexistentes. Durante a pandemia, a autonomia militar lhes garantiu a capacidade de decidir como se comportar: quanto receber, como utilizar seus recursos, onde atuar e onde não atuar, como serem julgados.

Além disso, é preciso questionarmos, coletivamente, a extensão dos discursos de guerras e do imperativo da segurança que fomentam respostas militarizadas e o recurso à força como solução para todo e qualquer problema. Portanto, é urgente que se revise a extensão das missões internas atribuídas às forças armadas brasileiras, que se reduzam os espaços institucionais de autonomia militar, desinflando sua presença nas esferas de decisão.

Leituras e materiais recomendados

Deisy Ventura

Pandemia e crimes contra a humanidade: o “caráter desumano” da gestão da catástrofe sanitária no Brasil

Jorge M. Rodrigues e Ana Penido

Uma tragédia prevista pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército

Jorge M. Rodrigues

A CPI esqueceu dos Generais?

Marina Vitelli

The Impossibility of a Defence Policy in the Americas?

Rut Diamint

A new militarism in Latin-America

GEDES- Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional

Fundado em 2001, o GEDES é um grupo multidisciplinar que reúne graduandos, pós-graduandos, mestres e doutores dedicados a analisar questões relativas à Paz, Defesa e Segurança Internacional, favorecendo a troca de informações entre seus pesquisadores através da promoção de reuniões de leitura e discussão.

Nossos produtos

- [Observatório de Política Exterior](#)
- [Observatório Sul-Americano de Defesa e FA](#)
- [Observatório de Conflitos](#)
- [Cenários Prospectivos](#)
- [ERIS – Defesa e Segurança Internacional](#)
- [ATLAS da Defesa Sul-Americana](#)
- [Rede Nacional de Estudos Estratégicos](#)
- [Dicionário de Segurança e Defesa](#)



ObDEF- Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas

O ObDEF é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios ([Eppen](#)), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática

